ANC 88
Pasta 25 a 28
fev/87
006

JORNAL DO BRASIL 25 FEV 1987

Constituinte, presente e futuro

ANC pág 11

Roberto Magalhães

É muito curioso como certas frases chegam para ficar e às vezes irracionalmente persistem e subsistem até mesmo ante a evidência de que nunca tenham sido pronunciadas.

Nos últimos tempos, ao menor propósito, se repete frase atribuída ao presidente De Gaulle, de que "le Brésil n'est pas un pays sérieux".

O embaixador Alves de Souza já esclareceu em seu livro de memórias que o estadista francês jamais disse tal coisa, ficando o mal-entendido por conta de um repórter pouco versado no idioma gaulês. Mas, assim mesmo, há os inconformados com a versão moderada do nosso representante diplomático em França, no episódio da "guerra da lagosta". Alguns desses chegam a afirmar que "se não disse, certamente assim pensava o General".

Aos que cultivam esse remanço-so complexo cultural, muito próprio do Brasil Colônia vitimado pelo mazombismo, vale lembrar as palavras do renomado poeta François Villon, que nos idos de 1460 já dizia: "Sou francês, o que me pesa." E as de Georges Clemenceau, primeiro-ministro da França, quando afirmou em 1913: "Denuncio um mal que nos rói por todas as partes... o mal que vem do próprio país, incapaz de organizar-se, sob as diferentes formas de governo que, desde há um século, se vem experimentando sucessivamente." (Citações em **El Mal Latino**, de Alain Peyrefitte, ed. espanhola Plaza & Janes, 1978.)

Se ambos fossem vivos, Villon e Clemenceau, hoje, certamente muito se orgulhariam do seu país. A França conseguiu em 1958 livrar-se dos frágeis alicerces do parlamentarismo clássico e plasmar uma forma de governo mais conhecida como "quase presidencialismo", capaz de fazer conviver um primeiro-ministro socialista com um gabinete neoliberal conservador. Numa Europa transformada pela Comunidade Econômica Européia, muito diferente daquela Europa das duas grandes guerras mundiais, a França vive em estabilidade e é uma das três maiores economias do continente.

Estas reflexões são oportunas no momento em que o Brasil tem instalada e reunida, desde 1º de fevereiro, uma Assembléia Nacional Constituinte.

É importante conhecer precedentes da história de países mais antigos e desenvolvidos. Sobretudo porque, em razão da crise econômico-financeira de inegável profundidade e extensão, ameaça criar-se no país um novo tipo de maniqueísmo. De um lado, os adeptos da "sinistrose", para os quais o Brasil finalmente rolou no abismo, e, de outro lado, os "panglossianos", que vêem tudo muito bem e cada vez melhor.

Eu próprio já ouvi de um figurante da corte brasiliense da Nova República que "o povo precisa trabalhar mais e agitar menos..."

As coisas não são tão simples assim. O povo bem que trabalha, apesar de o salário mínimo ser inferior a 50 dólares.

É preciso e urgente que não se perca pelo emocionalismo o debate nacional sobre os problemas brasileiros. Nem se desencaminhem as melhores soluções à conta de interesses pessoais ou de grupos.

A crise que o país vive não é só econômica. É também política, embora agravada pelo conjunto de dificuldades que ora enfrenta o Governo, como as dívidas, a externa e a interna, os minguantes saldos da balança comercial, o indomável déficit público e a desorganização que o Cruzado ou sua má execução acarretou trazendo de volta o fantasma da estagflação.

Os grandes temas aí estão para ser debatidos e à espera de decisões importantes. A questão da forma de governo é fundamental. Persistirá o presidencialismo? Seria o caso de aboli-lo, ou não, bastaria apenas atenuar o seu centralismo imperialista, através de mecanismos de fortalecimento do controle dos atos do Executivo pelo Congresso Nacional? E a Federação, continuará sendo uma ficção legal? Haverá neste país alguém que ainda não se tenha advertido de que o país não pode continuar a ser governado do planalto central, sendo imperiosa uma veraz desconcentração de rendas, atribuições e responsabilidades? Porventura não é chegada a hora e a vez de se repensar e remodelar o federalismo brasileiro?

Estas e muitas outras questões institucionais deverão ser decididas pelos delegados constituintes da nação.

Dentre tantas, a definição da ordem econômica e social em que deverá viver o Brasil no ingresso do terceiro milênio.

É necessário evitar que o povo perca a confiança na capacidade da Assembléia Constituinte de estudar, debater e equacionar os magnos problemas a serem resolvidos. E, sobretudo, não perder de vista a **hierarquia das matérias** a serem decididas.

É claro que a inflação ascendente e incontrolável angustia os empresários e esmaga os assalariados. Também é certo que os problemas econômicos da atualidade fustigam a todos e inibem a disposição para debatermos o futuro. Ninguém em meio a um incêndio se dispõe a discutir um novo projeto arquitetônico para o prédio em chamas.

Mas é absolutamente verdadeiro, para os democratas, que a questão institucional prevalece sobre a econômica. Não devemos por decorrência de uma crise conjuntural perder a oportunidade de resolver ou pelo menos equacionar problemas seculares. Não podemos nos dar ao luxo e ao desperdício de deixar passar a grande oportunidade de lançar as bases e os alicerces de uma nova sociedade brasileira, em face das aflições do quotidiano.

Temos tudo para mostrar ao mundo que, se não somos tão sérios como desejaríamos, pelo menos não somos menos sérios do que muitos países do hemisfério norte. Em tempo de Constituinte e de um Brasil em crise, é preciso não esquecer a sabedoria milenar do provérbio oriental, ao ensinar que "três coisas não voltam mais: a água que passou pelo moinho, a flecha desferida e a **oportunidade perdida**".

Roberto Magalhães, advogado, professor da Faculdade de Direito do Recife, foi governador de Pernambuco.